



**ENSAIO  
ESSAY**

**Editor**

Jonathas Magalhães e Renata Baesso

**Apoio/Support**

Trabalho realizado com apoio da Universidade Estácio de Sá – UNESA por meio de bolsa no Programa de Pesquisa Produtividade 2021 para o projeto “Nova Friburgo: contextualização nos campos de arquitetura e urbanismo”.

**Conflito de interesse**

Não há.

**Recebido**

11 nov. 2021

**Versão Final**

15 maio 2023

**Aprovado**

5 jun. 2023

# Os espaços construídos em Nova Friburgo (RJ): tópicos históricos essenciais em notas de rodapé

## *The spaces built in Nova Friburgo (RJ): essential historical topics in footnotes*

Silvia Scoralich de Carvalho<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Estácio de Sá, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *E-mail:* sscoralich@gmail.com

**Como citar este artigo/How to cite this article:** Carvalho, S. S. Os espaços construídos em Nova Friburgo (RJ): Tópicos históricos essenciais em notas de rodapé. *Oculum Ensaios*, v. 21, e245435, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a5435>

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo destacar a discrepância entre teoria e prática nos discursos de proteção patrimonial embasados em narrativas excludentes. Utilizando o município de Nova Friburgo (RJ), e sua já problematizada designação de “Suíça Brasileira”, questiona-se por que o reconhecimento da contribuição dos demais grupos fundadores é pouco celebrado ou concretizado nos bens patrimoniais locais. A discussão levanta a utilização dos estilos arquitetônicos como mercadorias capazes de fabricar evidências históricas para que certos grupos sociais reforcem sua importância. Espera-se que os tópicos abordados evidenciem a subutilização do patrimônio cultural, especialmente em sua relação transdisciplinar com as investigações históricas contemporâneas.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Mito da Suíça brasileira. Identidade. Referências Culturais.

### Abstract

*This work aims to highlight the mismatch between theory and practice in discourses of heritage protection based on exclusionary narratives. Using the municipality of Nova Friburgo (RJ), and its already problematic designation as the “Brazilian Switzerland”, we questioned why the recognition of the contribution of other founding groups is rarely celebrated or materialized in local heritage assets. The discussion raises the use of architectural styles as commodities capable of forging historical evidence to reinforce the importance of certain social groups. It is expected that the highlighted topics demonstrate the underutilization of cultural heritage, particularly in its transdisciplinary relationship with contemporary historical investigations.*

**Keywords:** Cultural heritage. Myth of Brazilian Switzerland. Identity. Cultural References.

### Introdução

A história dos territórios é composta por uma série de escolhas intencionais, que são responsáveis por direcionar as narrativas e mitos selecionados por aqueles que detêm a propriedade dos fatos. Essa propriedade pode advir do conhecimento,

do poder, do capital financeiro ou de uma organização planejada. No estudo em questão, observou-se que, para a produção de materiais de estudo arquitetônico e urbanístico sobre o município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, seria necessário incorporar pesquisas de diversas áreas. É indispensável recordar a questão dos mitos, que interferem diretamente na seleção e categorização dos bens patrimoniais, arquitetônicos e urbanísticos.

Na maioria dos estudos sobre o município de Nova Friburgo, é comum a defesa do título de “Suíça Brasileira”, ignorando a origem do termo como uma construção intencional baseada em um discurso idealizado, e não em fatos quantitativos sobre o território em questão. Embora autores como Simoni e Rua (2022), Araújo (2003), Costa (2002) e outros tenham problematizado esse título, conforme será discutido ao longo deste texto, percebe-se um esforço por parte de certos órgãos, e entidades locais, em destacar e premiar aqueles que, em sua maioria, não abordam essa questão. Portanto, busca-se enfatizar alguns fatos sobre a formação inicial do município de Nova Friburgo, delineando brevemente algumas regiões geográficas cujas histórias fundadoras foram invisibilizadas, ou até mesmo modificadas, com o objetivo de ampliar o escopo do estudo da proteção patrimonial da cidade.

A escritora negra portuguesa Grada Kilomba destaca a existência do racismo através do que ela chama de “princípio da ausência”, onde “algo que existe é tornando ausente” (Kilomba, 2020, p. 12). Ao identificar esse princípio, ela ressalta que, nele, aqueles que existem deixam de existir, afirmando: “É com esse princípio da ausência que espaços brancos são mantidos brancos, o que por sua vez torna a branquitude a *norma nacional*. A norma e a normalidade, perigosamente, indicam quem pode representar a verdadeira existência humana” (Kilomba, 2020, p. 14, grifo próprio). Kilomba discute esses fatos no prefácio do livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” de Frantz Fanon, relatando sua experiência ao descobrir o trabalho do autor. Podemos utilizar esse conceito para abordar as principais ausências encontradas na “norma” sobre a história do município em questão, em que a ausência mais significativa é a presença dos negros e indígenas, e a reafirmação dos colonos suíços como os “civilizadores” da região. O princípio da ausência destaca um elemento importante: a ausência daquilo que já sabemos.

Portanto, o artigo a seguir abordará a ocupação inicial da região de Cantagalo e, posteriormente, Nova Friburgo e áreas adjacentes, com ênfase nos apagamentos já conhecidos, na tentativa de dar visibilidade geográfica a essas narrativas e locais como sendo de interesse patrimonial. Questiona-se a necessidade de incorporar novas abordagens na visão arquitetônica e urbanística, e como essa visão pode se beneficiar dessas perspectivas. Compreende-se que, as informações que antes eram apenas mencionadas em notas de rodapé na história do município, deveriam ter sido tratadas como tópicos relevantes há muitos anos.

## Presenças ocultas: abordagens ignoradas

Em 1820, a Vila de Nova Friburgo foi fundada por D. João VI com o objetivo de receber colonos suíços que buscavam prosperar em solo brasileiro, fugindo da profunda crise no continente europeu. Ao longo dos anos, essa tem sido a história oficialmente propagada sobre a fundação do município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Os colonos, que chegaram entre 1819 e 1824, tinham como principal objetivo o enriquecimento por meio da posse de terras, mas se depararam com a realidade de “[...] lotes de terras diminutos que mal dariam para o seu sustento e vias de escoamento para os possíveis excedentes de sua produção em péssimas condições” (Lozada, 1991, p. 26).

No livro “Presença Negra”, Gioconda Lozada destaca elementos importantes sobre a decisão de trazer uma população de trabalhadores livres para o Brasil colônia e alojá-los em pequenos lotes. Na época, a possibilidade de enriquecimento estava diretamente ligada à propriedade da terra. Portanto, quando se considera o interesse da corte em substituir a mão de obra escravizada pelos imigrantes livres e repovoar a região, compreende-se que os promotores da imigração realizaram ações eugenistas de forma consciente (Lozada, 1991, p. 27). Outra informação importante trazida por Lozada é que:

A ideia transmitida pela história oficial é a de que os imigrantes teriam chegado como verdadeiros desbravadores de uma região praticamente desabitada. Não prestamos atenção na existência das grandes propriedades rurais escravocratas, estabelecidas em toda a região há mais de três séculos, nem na existência dos escravos negros a quem os colonos deveriam substituir quando não fosse mais possível sustentar a escravidão como sistema de trabalho. *Os documentos da época se referem ao imigrante como ‘colono’ e não como ‘colonizador’* como querem alguns, e isso é bastante sintomático (Lozada, 1991, p. 28, grifo próprio).

A não participação no monopólio das trocas comerciais evidencia a função do novo colono suíço como mão de obra barata para os colonizadores e colonos, que forneciam os meios para a realização das atividades produtivas exploratórias na colônia. Além disso, é importante mencionar a posição social que esses novos colonos deveriam ocupar para prosperar nas terras da colônia, uma posição conquistada por aqueles que tinham condições econômicas favoráveis: adquirir escravizados e começar a explorar a terra (Lozada, 1991, p. 31). Sobre as regiões adjacentes, Lozada diz:

Os suíços não demoraram a explorar as regiões circunvizinhas. Descobriram que para as bandas do nascente, limitando com os últimos lotes coloniais, havia uma imensidão de terras que foram logo apelidadas de ‘Terra dos Inhames’ e que eram cortadas por um volumoso rio de águas cristalinas, denominado rio Macaé, sendo excelentes para a cultura do café. Alguém já dissera que nesse país só havia um meio de enriquecer: tornar-se plantador de café!

Todos sabiam, no entanto, que as terras situadas ao longo do rio eram habitadas por quilombos, que formavam verdadeiras tribos hostis, e que certamente dificultariam a penetração do homem branco.

Em 1821 correu a notícia de que no Rio de Janeiro estava sendo organizada uma companhia colonizadora para ocupar a região. Os suíços de Friburgo não perderam tempo, tomaram a dianteira e marcharam para conquistar as novas terras que se situavam ao longo do formoso rio.

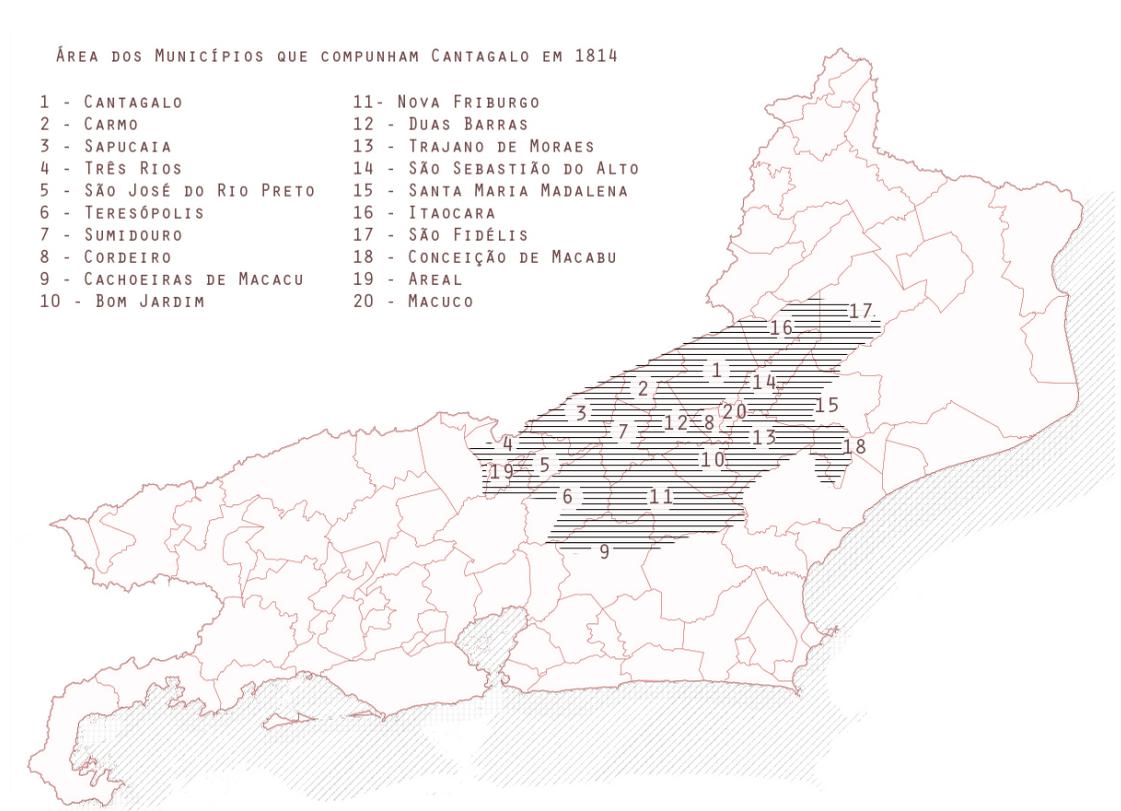
O primeiro trabalho foi o de subjugar os quilombos, [...] (Jaccoud *apud* Lozada, 1991, p. 41).

A região mencionada, conhecida como Alto Macaé, corresponde aproximadamente ao que hoje é conhecido como São Pedro da Serra. Além disso, são mencionadas incursões que resultaram na captura de quilombolas na extensa região de Cantagalo (Figura 1), o que levou à uma nova exploração de terras com mão de obra escrava, autorizada pelo então diretor de Nova Friburgo.

Os fatores mencionados até agora estão de acordo não apenas com decisões que agradassem o parceiro comercial inglês e sua exigência de diminuição do tráfico de pessoas, mas também com uma povoação estratégica de uma das rotas de fuga de riquezas da colônia. No entanto, nada disso altera o reflexo da metrópole e das decisões racistas e classistas em relação à colônia, que persistiram e continuam ao longo de toda a história do país.

Este artigo não tem como objetivo abordar toda a extensão da exclusão que as minorias sociais sofreram na formação do município, mas sim demonstrar que a narrativa histórica central

utilizada para valorizar o patrimônio do município, mesmo sendo hegemônica, poderia incorporar informações que eliminem o romantismo cego em relação à imigração europeia<sup>2</sup>. Esse romantismo nada mais é do que uma clara reprodução de racismo, herdeiro de um modelo eugenista para a colônia e reproduzido por aqueles que ansiavam se tornar colonizadores.



**Figura 1** – Áreas que compunham Cantagalo em 1814.

Fonte: Imagem produzida pela autora com base em Lozada (1991, p. 54), incluindo a atualização de municípios existentes no censo 2010.

É importante ressaltar que, a leitura das informações na configuração urbana tem muito a revelar sobre o modelo de sociedade que a constrói. No mapa de 1820 de Nova Friburgo, é possível observar claramente a reprodução de um modelo de núcleo urbano colonial que replicava o utilizado na Metrópole portuguesa, enfatizando a importância de elementos como a Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho, que eram essenciais para a manutenção do poder vigente: o sistema escravocrata. Este modelo causa desconforto e é substituído por uma narrativa romantizada e racista da construção de uma colônia europeia, enaltecida até o século XXI, sem grande interesse em reparações históricas ou atualizações significativas na historiografia, independentemente do número de estudos que o problematizem.

Além disso, é relevante mencionar, voltando ao ano de 1809, o relato de John Mawe quando esteve nas terras de Cantagalo, onde encontrou uma aldeia remanescente da desarticulação tribal e de um processo de ocupação de terras, escravidão e extermínio causado por massacres e disseminação de doenças (Araújo; Lo Bianco; Costa, 2003).

Na obra “Teia Serrana: Formação histórica de Nova Friburgo” (2003) e “Teia Serrana II: Novos temas e novas abordagens” (2019), coordenadas por Araújo, Mayer e Costa, encontramos um

<sup>2</sup> Ver Simon e Rua (2022) para maiores detalhes sobre a problematização contemporânea da invisibilização étnico-racial no município.

exemplo de como essa complexidade histórica revela informações que enriquecem a história, sem o objetivo de anulá-la. Ao complementar as narrativas hegemônicas com fatos históricos a partir de perspectivas distintas, abre-se um novo caminho para novas pesquisas. No próximo tópico, serão abordados outros autores que tratam do mito da Suíça brasileira.

## O mito fundador *versus* patrimônio cultural

João Raimundo de Araújo (2003), em sua tese intitulada “Nova Friburgo: A construção do mito da Suíça Brasileira (1910-1960)”, analisa o processo de construção e consolidação da identidade mítica do município, relacionada aos colonos suíços, pelas elites locais. O autor estabelece uma relação entre o incentivo à criação do mito e a necessidade de disciplinar a população trabalhadora, entre outros fatores. Da mesma forma, Ricardo da Gama-Rosa Costa (2002) segue um princípio semelhante, discorrendo sobre o projeto liberal burguês do médico Galdino do Valle Filho, entre 1910 e 1920, que visava criar uma cidade com características “europeias civilizadas”. O autor identifica esse projeto como uma referência para as lideranças políticas na década de 1980, as quais perpetuaram e reforçaram tal discurso. Segundo o autor:

[...] partiu de seu [Galdino] grupo a maior contribuição em termos de ação política e do discurso ideológico, para edificar a imagem do município como a ‘Suíça brasileira’.

Das visões construídas sobre Nova Friburgo, a que se firmou tornando-se hegemônica remonta às origens históricas da cidade colonizada por alemães e pelos primeiros imigrantes europeus suíços trazidos por D. João VI. Um processo de ‘tradições inventadas’ contribuiu para a elaboração do mito da Suíça brasileira, colaborando para a idealização da imagem de uma cidade ‘paradisiaca’. Segundo essa versão, em Nova Friburgo o trabalho escravo teria sido praticamente inexistente, proporcionando condições à formação de uma sociedade étnica e culturalmente mais ‘civilizada’, com a predominância da mão-de-obra livre e branca de origem europeia. Seria uma cidade com características especiais, que a destacariam do restante do país ‘atrasado’ tanto cultural quanto economicamente, porque mestiço e preponderantemente da grande propriedade escravista (Costa, 2002, p. 80).

O autor ainda complementa que, apesar da presença por vezes majoritária de povos de outras origens, a associação aos pioneiros suíços se intensifica nos anos seguintes. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, houve uma tentativa de reduzir ao máximo a presença de alemães na cidade ao longo do século XX, com um propósito claro:

A construção idealizada do passado de Friburgo, integrada, portanto, ao projeto hegemônico liberal e capitalista do início do século XX, seria cuidadosamente elaborada pelas autoridades e pela imprensa locais, quando das comemorações do centenário de Nova Friburgo, em 1918. Nessa oportunidade, foram criados os símbolos da Suíça brasileira, como o hino e a bandeira de Nova Friburgo, além de se realizar uma sessão solene na Câmara Municipal, no dia 19 de maio, com palestras proferidas por personalidades de fora da cidade, tais como a de um representante do Instituto Histórico-Geográfico Fluminense, Luiz Palmier, e a do jornalista Agenor de Roure, ‘filho ilustre de Friburgo’, que ocupava o cargo de redator de atas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Essas autoridades – vários representantes do governo do estado, de câmaras dos municípios vizinhos e um ministro da Suíça – vinham, com seu peso intelectual e institucional, dar legitimidade ao projeto que se desejava construir (Costa, 2002, p. 93).

Ou seja, a associação de interesses daqueles que detinham o poder e do novo modelo econômico reforça o apagamento de perspectivas históricas distintas, reafirmando o mito de origem com suporte ideológico, incentivado pelo *status quo*. Ao examinar o patrimônio cultural do

município, vinculado ao discurso do mito de origem, percebe-se que a efetividade identitária foi alcançada apenas em teoria, uma vez que a materialização não apresenta uma solidez satisfatória, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. Considerando a reprodução do discurso e a visão do colonizador como opressor, conclui-se que:

O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder; e qualquer prática de emancipação política envolve portanto a mais difícil de todas as formas de liberação, o libertar-nos de nós mesmos. Mas o outro lado da história é igualmente importante. Pois se tal dominação deixar, por muito tempo, de propiciar suficiente gratificação a suas vítimas, então estas com certeza acabarão por revoltar-se contra ela. Se é racional acomodar-se a uma mistura ambígua de sofrimento e poder marginal, quando as alternativas políticas mostram-se perigosas e obscuras, é também racional rebelar-se quando o sofrimento ultrapassa em muito as gratificações, e quando tal ação parece encerrar mais ganhos do que perdas (Eagleton, 1997, p. 13).

Transpondo o que é dito por Eagleton para a identidade cultural de Nova Friburgo, percebemos que a constante retroalimentação do mito da Suíça brasileira é importante para a reprodução de uma história interessada. No entanto, essa história, em sua maioria, é limitada a relatos orais parciais e a uma construção imaterial de eventos e datas, com várias intenções subjacentes. Considerando a relação dialética entre teoria e prática, essa imaterialidade pode ser vista como uma maneira de questionar o mito, começando pela compreensão de sua origem, os motivos para sua manutenção e o interesse em uma história com novas perspectivas. Dessa forma, ao questionar o discurso e buscar mudanças na prática, busca-se questionar a classe dominante como detentora do direito de definições.

Reforçar o mito de uma origem única é simplesmente pensar em uma totalização falsa, que desconsidera as múltiplas influências que moldam as regiões em todo o mundo. A abordagem interdisciplinar do Patrimônio Cultural deve:

[...] o direito à memória e ao acautelamento do patrimônio cultural de distintos grupos que convivem num mesmo país (estado ou região) constituem exercícios de cidadania importantes para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade. Além disso, o reconhecimento de identidades plurais (sejam elas de gênero, religião ou etnia) pressupõe a coexistência entre características culturais distintas que no seu conjunto contribuem para a conformação de afinidades mais amplas, como é o caso das identidades nacionais (Pelegrini, 2009, p. 24).

A construção de uma identidade nacional, e local, está intimamente ligada aos patrimônios reconhecidos nas localidades. De acordo com Dominique Poulot (2009), a compreensão do patrimônio implica a união de esforços públicos e privados associados a questões ideológicas, sociais e econômicas. Portanto, a história e a imagem do patrimônio estão diretamente ligadas à forma como a sociedade os constrói. No Brasil, havia um projeto relacionado à construção de um Estado-Nacional Moderno quando as primeiras decisões sobre patrimônio foram tomadas, associando o interesse do Estado ao de alguns profissionais que, por vezes, se baseavam em aspectos colonialistas para valorizar o patrimônio, tal como a exaltação da tipologia arquitetônica luso-brasileira, muitas vezes sem uma análise a partir de uma perspectiva anticolonial. Portanto, atualmente, reconhecemos a necessidade de repensar o patrimônio, realizando uma análise contrária à história estabelecida.

A região em questão utiliza uma narrativa romantizada de sua colonização, o que requer uma prática de resistência capaz de esclarecer novas abordagens históricas compreendidas como um processo dialético, e não uma decisão unilateral de exclusões ou adições. Isso significa

incorporar trabalhos históricos e geográficos que já tenham questionado o mito exaustivamente. Mariza Veloso (2006) chama a atenção para a excessiva mercantilização dos bens patrimoniais, transformando essa seleção em um objeto de fetiche. Ela enfatiza que “[...] o patrimônio cultural é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas e, ao mesmo tempo, é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial” (Veloso, 2006, p. 439). Esse patrimônio está intrinsecamente relacionado à experiência coletiva, aos saberes e práticas culturais compartilhados por um determinado grupo. Portanto, se no município de Nova Friburgo o mito de origem busca dar preferência à origem suíça, é fundamental vincular esse patrimônio à experiência coletiva local e às memórias dos colonos dessa origem, afinal:

Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco do bem – que em geral se impõe por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (Londres, 2000, p.11 *apud* Veloso, 2006, p. 443).

Em suma, o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico compartilhado (Veloso, 2006, p. 444).

Ou seja, sendo o patrimônio a fonte de referências às culturas e dimensões políticas e econômicas, cabe aqui realizar uma pequena seleção de alguns patrimônios do município de Nova Friburgo para evidenciar (ou não) sua origem suíça.

### **Patrimônios reconhecidos**

Pode-se considerar três esferas patrimoniais para selecionar bens arquitetônicos no município: federal, estadual e municipal. Dentre essas esferas, destacam-se os bens com o estilo denominado normando, afirmado pelos munícipes, e pelos processos de proteção, como sendo característico da “colonização” suíça, podendo ser identificado em variações que se assemelham a origens alemãs, também presentes na região. Foram selecionados dois exemplares para demonstrar as variações do estilo normando encontradas nos bens reconhecidos oficialmente:

- 1) Antigo Pavilhão de Caça do Conde de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (c.1890), localizado no Sanatório Naval, protegido pelo INEPAC;
- 2) Antiga Escola Estadual Ribeiro de Almeida (1851-1933), localizada na Praça Dermeval Barbosa Moreira, nº 15, protegida pelo INEPAC.

Nestes dois exemplares, é possível identificar uma maior inclinação dos telhados, mais proeminente na antiga Escola, assim como a demarcação nas fachadas que parece remeter ao Fachwerk (estrutura enxaimel), induzido pelo padrão da armação de madeira, herdada do Renascimento alemão. Embora sejam feitas associações, nota-se uma liberdade estilística muito grande nos dois exemplares, o que levanta questionamentos sobre a generalização dos estilos encontrados na região. Também é suscitada a necessidade de buscar exemplares correspondentes ao princípio da ocupação suíça, principalmente aqueles que utilizem métodos construtivos mais relacionáveis ao país “de origem”.

A menção a esses exemplares não é feita gratuitamente. A identificação de poucos patrimônios culturais de valor reconhecido, em paralelo à identificação de inúmeros exemplares que buscam se relacionar com a arquitetura suíça, embora sejam construções da segunda metade

do século XX, leva a questionar onde está a influência na arquitetura que o conhecimento originário dos colonos suíços poderia ter trazido, ou as justificativas para a não adaptação dos métodos construtivos na região.

A seleção de determinados estilos arquitetônicos, como representantes da identidade de um povo ou localidade, se dá principalmente pela “[...] intrínseca relação existente entre o patrimônio cultural e a experiência coletiva, ou seja, os saberes e fazeres tradicionais e genuínos são conhecimentos compartilhados que fazem parte do repertório cultural comum de determinado grupo” (Veloso, 2006, p. 440). Na ausência de um volume arquitetônico no estilo que reafirmaria a narrativa hegemônica, em função de mantê-la, o estilo arquitetônico se coloca enquanto mercadoria. Esta mercadoria será a personificação da dimensão de representação, que faz com que as pessoas sintam que fazem parte de determinada esfera da sociedade. O estilo arquitetônico se torna uma mercadoria fetichizada e, baseando-se em Rubin (1980, p. 26):

[...] adquire as propriedades de valor, dinheiro, capital, etc., não por suas propriedades naturais, mas por causa das relações sociais de produção as quais está vinculada na economia mercantil. Assim, as relações sociais de produção não são apenas “simbolizadas” por coisas, mas realizam-se através de coisas.

A forma física de um estilo acabou por se transformar em um produto, gerando arquiteturas que parecem cenografias malfeitas<sup>3</sup>. Reproduções que perdem de vista o sentido de elementos característicos de um estilo, em detrimento da aparência exterior.

[A] personificação das coisas permanece na superfície da vida econômica e pode ser diretamente observado. As coisas aparecem numa forma social pronta, influenciando a motivação e o comportamento dos produtores individuais. Este aspecto do processo reflete-se diretamente na psique dos indivíduos e pode ser diretamente observado. É muito difícil detectar a geração das formas sociais das coisas a partir das relações de produção entre pessoas. Este aspecto do processo, isto é, a reificação das relações de produção entre pessoas é o resultado heterogêneo de uma massa de transações, de ações humanas depositadas umas sobre as outras. É o resultado de um processo social que se realiza as suas costas [das pessoas], isto é, um resultado que não estava previamente determinado como um objetivo (Rubin, 1980, p. 39).

Logo, ainda tendo Rubin como referência, uma análise que permitisse a interpretação histórica e socioeconômica dos processos de transformação da mercadoria em questão, auxiliaria a compreensão do processo social refletido no ambiente construído. Utilizando o método elaborado por Marx, que “[...] trata as categorias materiais como reflexos das relações de produção entre as pessoas” (Rubin, 1980, p. 40), seria possível observar que, as relações arquitetônicas com os mitos de origem e os valores patrimoniais, não têm nada de subjetivo ou simbólico. Pelo contrário, possuem uma relação direta com a manutenção do *status quo* e a alienação da população local.

## Considerações finais

Sabe-se que muitos dos elementos apresentados carecem de maiores detalhes devido ao caráter expansivo da abordagem. No entanto, a reflexão proposta é capaz de demonstrar que existe um campo fértil de investigações a ser realizado, considerando as contradições existentes entre

<sup>3</sup> Um dos exemplares mais conhecidos é o Conjunto arquitetônico residencial Serraville, à Rua Antônio Lopes Sertã, 231, Vila Guarani, Nova Friburgo, RJ. O conjunto demonstra a tentativa de se referenciar à arquitetura do norte europeu, ao mesmo tempo em que se reproduz serialmente as unidades, incorporando o modelo de habitação condominial, também fetichizado pela classe média brasileira.

patrimônio cultural e identidade. Neste trabalho utilizou-se o município de Nova Friburgo como estudo de caso, demonstrando uma das muitas possibilidades ao utilizar-se o patrimônio protegido.

Considerando que:

[...] identidade [é] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados[...]. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social. [...] as identidades também [...] [podem] ser formadas a partir de instituições dominantes, [...] [e] assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização (Castells, 2018, p. 54).

Demonstra-se que esse processo de construção é um fato objetivo, ocorrendo pela identificação daqueles que reproduzem essa identidade conscientes, ou não, das exclusões ocorridas para sua construção. Isso leva ao agravante da reprodução por décadas do mito da Suíça brasileira, resultando na construção de uma sociedade que reproduz preconceitos e escolhe enaltecer características eugenistas, e que transforma cultura em produtos utilizados conforme o interesse dos detentores de poder.

Observa-se uma reprodução do costume patrimonial nacional de definir os valores da elite como os patrimônios e histórias únicas de diversos grupos, regiões ou até mesmo da nação. Para compreender melhor o atual cenário das relações entre os fatores mencionados neste artigo, é necessário ampliar não apenas as perspectivas, mas também definir os órgãos competentes sobre o discurso múltiplo e contraditório que conformam essa região, e responsabilizá-los a atualizar sua abordagem.

Diante disso, recomenda-se a profunda necessidade de discutir o patrimônio cultural como um elemento cada vez mais coisificado no período do capitalismo tardio, que gera uma profunda mercantilização da cultura, transformando-a em um elemento de distinção social. É essencial debater objetos valorizados como elementos responsáveis por reforçar uma identidade legitimadora dos poderes dominantes, a fim de materializar a crítica aos mitos de origem, não apenas em Nova Friburgo.

Uma abordagem para questionar esses mitos seria avaliar o patrimônio cultural edificado como um caminho ou percurso. Inicialmente, seria importante identificar quais bens foram reconhecidos como patrimônio cultural relacionado ao mito de origem, questionando por que esses bens foram reconhecidos e qual identidade ou memória local é alimentada ou validada com seu reconhecimento, considerando aspectos históricos contextuais. Ao listar esses pontos, não com o objetivo de encontrar respostas prontas, esses bens seriam vistos como documentos oficiais, apresentados a partir de uma abordagem de juízo, capaz de auxiliar na construção de uma arquitetura contemporânea crítica e contextualizada.

Em conclusão, este artigo busca ser um ponto de partida para uma crítica ao descompasso entre o discurso histórico e os objetos patrimoniais protegidos. O patrimônio cultural é reconhecido como uma ampla fonte para reafirmação e questionamento de discursos inventados e ideologias impostas à população brasileira. Conforme destacado por Marina Waisman (1998, p. 115):

*El concepto de patrimonio es un concepto cultural, y por ende de carácter histórico; inmerso en el transcurrir del tiempo, queda sujeto a las mutaciones que este transcurrir implica. Es menester revisar una y otra vez su significado a medida que el curso de la historia así lo exige.*

Portanto, o caso de Nova Friburgo é apenas um exemplo que demonstra a ineficiência de simplesmente quantificar os trabalhos que identificam discursos forjados, sem uma aplicação efetiva desse conhecimento. Os significados e prioridades do patrimônio não são imutáveis, assim, é fundamental não apenas reconhecer os mitos, mas também utilizar o patrimônio histórico e artístico como um elemento educacional, enfrentando a persistência de narrativas que não se sustentam de forma coerente. Somente assim poderemos promover uma compreensão mais crítica e contextualizada do patrimônio cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e consciente.

## Referências

- Araújo, J. R. *Nova Friburgo: a construção do mito da Suíça brasileira (1910-1960)*, Niterói - RJ. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- Araújo, J. R.; Lo Bianco, R.; Costa, R. G.-R. (coord.). *Teia Serrana: formação e história de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro técnico, 2003.
- Castells, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- Costa, R. G.-R. A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 9, n. 1, p. 79-104, 2002.
- Eagleton, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.
- Kilomba, G. Fanon, existência, ausência. In: Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 11-19.
- Lozada, G. *Presença negra: uma nova abordagem da história de Nova Friburgo*. Niterói: EDUFF, 1991.
- Pelegri, S. C. A. *Patrimônio Cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- Poulot, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- Rubin, I. I. *A teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Simoni, J.; Rua, J. Problematizando o mito fundador de Nova Friburgo como a “Suíça Brasileira”: invisibilização étnico-racial e (re)criação de espaço-temporalidades. *GEOgraphia*, v. 24, n. 53, p. 22, 2022.
- Veloso, M. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2006.
- Waisman, M. El patrimonio en el tiempo. *Summa +*, n. 5, p. 28-33, 1998.